

Objetivo é rolar como o governo faz lá fora

A rolagem da dívida externa dos Estados, hoje avaliada em 10,2 bilhões de dólares, poderá seguir os mesmos moldes adotados pela União para a rolagem de sua dívida externa junto ao FMI. Esta é uma das fórmulas que serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento para atender ao documento encaminhado ontem por 20 governadores — 19 do PMDB — ao presidente da Câmara Ulysses Guimarães e ao presidente da Comissão Mista do Orçamento senador Cid Carvalho (PMDB/MA). "Um documento assinado por 20 governadores tem bastante peso e deve ser analisado prioritariamente dentro da Comissão. Vamos nos jogar no problema para encontrar uma solução", prometeu Cid Carvalho após a reunião.

A reunião de ontem, convocada por Ulysses Guimarães, serviu para pressionar o Governo no sentido de mudar a proposta de Orçamento Geral da União para 89, que estabelece o pagamento já no próximo ano pelos estados, de 25% do estoque da dívida vencida e a vencer, incluindo juros e o principal. Alegando que a exigência do Governo é muito rígida e que não teriam recursos para atendê-la, os governadores apresentaram um anteprojeto de lei para alterar o Orçamento, sugerindo que os estados paguem somente 10% da dívida a vencer em 89, incluindo juros e o principal.

Na proposta dos governadores, da dívida vencida seriam rolados integralmente os juros e o principal, com um prazo de carência de 5 anos, e o pagamento em 14 prestações nos 7 anos seguintes. Durante a reunião, Ulysses Guimarães permaneceu calado, mas prometeu que será o mediador entre os governadores e lideranças políticas e o presidente José Sarney, para contornar um possível confronto do Executivo e governo estadual.

O encontro do presidente Ulysses Guimarães com os governadores aconteceu em duas etapas. Logo de manhã ele recebeu em sua residência o relator e o presidente da Comissão de Orçamento — Almir Gabriel e Cid Carvalho — acompanhados dos secretários do planejamento dos Estados. Às 16 horas, no plenário da Comissão Mista de Orçamento, na Câmara, ele ouviu as argumentações dos governadores.

Um dos discursos mais contundentes durante a

reunião que durou três horas, foi do governador de São Paulo Orestes Quêrcia. Ele reclamou que nos termos em que é tratado o pagamento da dívida dos estados no Orçamento feito pelo Ministério do Planejamento, São Paulo não poderá pagar a parcela fixada para o próximo ano. Lembrou que no encontro que tivera de manhã com o presidente José Sarney, ponderou que a exigência chegava a ser inconstitucional, uma vez que anularia os ganhos previstos na reforma tributária aprovada na Constituição. Os recursos entrariam por um lado e sairiam em dobro pelo outro, disse Quêrcia.

O pronunciamento de Quêrcia foi apoiado por todos os governadores presentes, menos pelo governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira, que alegou a necessidade de que novos dados fossem recolhidos nos Estados, antes da definição da rolagem da dívida. Neste momento Cafeteira foi interpelado pelo governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, que, irritado, disse-lhe que não havia mais tempo e o orçamento teria que ser alterado imediatamente. "O seu secretário da Fazenda não lhe passou os dados do seu Estado? Se o senhor quiser eu os tenho aqui!"

O único governador a apresentar uma proposta

diferente da subscrita pelos demais governadores foi Carlos Bezerra, de Mato Grosso. Expondo a situação da dívida externa de seu estado, ele sugere que seja autorizada a todas as unidades federativas contratarem a rolagem da dívida externa, ano a ano, começando em 1989, diretamente com os bancos credores, para dilatação do prazos como o Governo Federal conseguiu com os bancos credores.

Juntamente com o anteprojeto de lei que poderá alterar o Orçamento os governadores encaminharam à Comissão uma Resolução do Senado que prevê o refinanciamento das dívidas dos estados pelo Banco do Brasil, em caráter excepcional. Um terceiro documento, redigido por Newton Cardoso (MG) e assinado pelos outros 19 governadores, exige mudanças drásticas na política econômica do Governo Federal.

Se o anteprojeto de lei ou a Resolução do Senado forem aprovados para a alteração da proposta orçamentária de 89, o Governo Federal perde uma importante fonte de receita. Isso porque a União arcou com o pagamento da dívida dos estados junto aos credores estrangeiros, no processo de refinanciamento da dívida externa brasileira.

Dos governadores do PMDB convidados pelo presidente Ulysses Guimarães, faltaram à reunião de ontem Alvaro Dias, do Paraná, que prefere manter-se distante de um possível confronto com o presidente José Sarney, além de ser conhecida sua intenção de não apoiar a candidatura Ulysses Guimarães à Presidência.

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, em viagem à Europa, somou ausência ainda aos governadores Tarcísio Burty (Paraíba) e Max Mauro (Espírito Santo). O governador de Alagoas, Collor, sem partido, veio atendendo ao convite de Ulysses.

Assinaram o documento, encaminhado à Comissão de Orçamento os governadores Newton Cardoso (MG), Pedro Simon (RS), Fernando Collor (AL), Pedro Ivo (SC), Marcelo Miranda (MS), Eptácio Cafeteira (MA), Jerônimo Santana (RO), Miguel Arraes (PE), Carlos Bezerra (MT), Hélio Gueiros (PA), Tasso Jereissati (CE), Orestes Quêrcia (SP), Valdir Pires (BA), Henrique Santillo (GO), Geraldo Melo (RN), e representantes dos governadores ausentes.